



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA INGRESSO NA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

NOME: _____ INSCRIÇÃO Nº: _____

PROVA ESCRITA OBJETIVA

INSTRUÇÕES:

A – QUANTO AO CADERNO DE PROVA

01. Verifique este CADERNO DE PROVA. Ele deve conter 100 (cem) questões escritas objetivas. Constatando qualquer irregularidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página, impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição. **NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FORMULADAS APÓS O INÍCIO DA PROVA.**
02. Neste CADERNO DE PROVA, as questões estão numeradas de 01 a 100, contendo cada uma 05 (cinco) opções, precedidas das letras A, B, C, D, E. Assinale no CADERNO DE PROVA, em cada questão, uma única resposta.
03. Para sua segurança reveja a questão, conferindo a resposta assinalada, ANTES de registrar sua opção na FOLHA DE RESPOSTAS.
04. Na correção será considerado apenas o que estiver marcado na FOLHA DE RESPOSTAS.
05. Marque sua resposta considerando a legislação vigente, a doutrina e a jurisprudência brasileiras dominantes.
06. O candidato pode levar consigo o CADERNO DE PROVA, após retirar-se definitivamente da sala.

B – QUANTO À FOLHA DE RESPOSTAS

01. Na folha de respostas, encontram-se as instruções para o seu preenchimento, **LEIA-AS ATENTAMENTE!**
02. A FOLHA DE RESPOSTAS não poderá ser RASURADA ou SUBSTITUÍDA.
03. Serão consideradas ERRADAS as questões que tiverem duas ou mais alternativas assinaladas como resposta, bem como as questões em branco.
04. Para efeito de correção, cada questão terá o valor de 0,1 (zero vírgula um) ponto.
05. A FOLHA DE RESPOSTAS deverá ser devolvida ao fiscal da sala, até o prazo previsto para o término da prova.

C – OUTRAS INFORMAÇÕES

01. Não é permitido consulta de qualquer espécie.
02. Não é permitido uso de aparelhos eletrônicos.
03. Não é permitido fumar no recinto.
04. Não é permitido ao candidato ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal, ou antes de decorrida uma hora e trinta minutos do início das provas.
05. A prova escrita objetiva terá duração de 5 (cinco) horas.
06. A Comissão Especial do Concurso divulgará até 48 (quarenta e oito) horas, após a realização da prova escrita objetiva, o gabarito oficial do Concurso; e até o décimo quinto dia útil, a lista com o nome dos candidatos aprovados na prova escrita objetiva.

DIREITO PENAL

01. Com relação à reincidência, pode-se afirmar:

I - revoga o *sursis*, obrigatoriamente em caso de condenação irrecorrível por crime doloso e facultativamente na hipótese de crime culposo ou contravenção;

II - em qualquer caso impede que se inicie o cumprimento da pena em regime semi-aberto ou aberto;

III - revoga o livramento condicional obrigatoriamente em caso de condenação irrecorrível a pena privativa de liberdade e facultativamente na hipótese de crime ou contravenção quando aplicada pena que não seja privativa de liberdade;

IV - aumenta o prazo de prescrição da pretensão executória, porém não interrompe seu curso;

V - revoga a reabilitação quando o reabilitado for definitivamente condenado, como reincidente, a pena que não seja a de multa.

A) I, II e V estão corretas

B) I, III e IV estão corretas

C) I, III e V estão corretas

D) II, IV e V estão corretas

E) II, III e IV estão corretas

02. Julgue as afirmações seguintes atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

I - haverá aumento de pena no delito de modificar ou alterar o funcionário público sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente, quando a conduta delituosa resultar dano para a Administração Pública ou para o administrado;

II - uma servidora municipal ao subtrair, em proveito próprio, um computador da secretaria da escola da qual era merendeira comete peculato impróprio;

III - ao mesmo tempo e em face do mesmo fato, são impossíveis a existência do crime de concussão e o de corrupção ativa;

IV - no peculato culposo, a reparação voluntária e integral do dano ao erário público, antes do recebimento da denúncia, é causa de diminuição de pena, em razão do arrependimento posterior;

V - o funcionário público pratica o delito de exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado quando, após ciência da publicação do ato de sua aposentadoria, continua a exercer suas funções sem autorização.

A) V V V V F

B) V F V V V

C) V F V F F

D) F V F V V

E) V V V F F

03. Com relação à medida de segurança, pode-se afirmar:

I - terá tempo de duração indeterminado, perdurando enquanto persistir a periculosidade do agente;

II - o tempo da prisão provisória e o de internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico não serão computados na contagem do prazo mínimo para a realização de perícia médica;

III - o prazo mínimo para a realização da perícia médica deverá ser de 1 (um) a 3 (três) anos;

IV - terá prazo de duração determinado pelo juiz na sentença, devendo ser considerado o prazo da pena mínima cominada ao crime;

V - o sistema vicariante, adotado pela reforma penal de 1984, impede a aplicação da medida de segurança para os imputáveis considerados real ou presumidamente perigosos.

- A) I, II e V estão corretas
- B) I, III e V estão corretas
- C) II, III e IV estão corretas
- D) I, II e IV estão corretas
- E) III, IV e V estão corretas

04. O Direito Ambiental é norteado, dentre outros, pelos princípios da prevenção, da educação e da reparação de danos. Tendo em vista o que dispõe a Lei nº 9.605/98, julgue as afirmações seguintes atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

I - as penas restritivas de direito são autônomas e para que substituam as privativas de liberdade basta que o crime seja culposo ou, quando doloso, a pena privativa de liberdade aplicada não ultrapasse quatro anos;

II - nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a prévia composição do dano, salvo comprovada impossibilidade de fazê-la, é condição necessária para a proposta da transação penal;

III - não é crime ambiental realizar experiência dolorosa em animais vivos quando para fins científicos ou didáticos;

IV - a pena de proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações, não poderá exceder o prazo de dez anos;

V - decorrido o prazo de suspensão condicional do processo, somente será declarada extinta a punibilidade por crime ambiental quando houver, através de laudo de constatação, a comprovação da integral reparação do dano, ressalvada a impossibilidade de fazê-la.

- A) F V F V V
- B) V F V F F
- C) F F V V V
- D) F V V F V
- E) V V F F V

05. Julgue as afirmações seguintes atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta, de acordo com o Lei de Imprensa (Lei nº 5.250/67):

I - o pedido de explicações constitui medida de ordem cautelar destinada a aparelhar ação penal principal, razão pela qual somente é processável no juízo criminal;

II - a Lei de Imprensa, somente no caso de injúria, prevê como causa facultativa de isenção de pena, a retorsão imediata, que consista em outra injúria;

III - nos crimes de calúnia praticados através da imprensa, a expressa retratação do ofensor, desde que feita antes do início do procedimento judicial, excluirá a ação penal;

IV- o direito de resposta se extingue somente no caso de não ser exercido no prazo de 60 (sessenta) dias da data da publicação ou transmissão incriminada;

V - nos crimes previstos na Lei de Imprensa, a pretensão punitiva prescreve em dois anos contados da publicação ou transmissão incriminada, e ocorrida a condenação, a prescrição da pretensão executória ocorre no dobro do prazo da pena imposta.

- A) V F F V V
- B) V V F V V
- C) F V F V F
- D) V V V F V
- E) F V V F F

06. De conformidade com o que dispõe a Lei das Contravenções Penais (Decreto-lei nº 3.688/41), pode-se afirmar:

I – a condenação por crime de furto ou roubo pode integrar o tipo da contravenção de posse não justificada de instrumento de emprego usual na prática de furto;

II - o agente que exerce atividade de que está impedido por decisão administrativa pratica a contravenção de exercício ilegal de profissão ou atividade;

III - não são aplicáveis às contravenções penais as medidas de segurança previstas no Código Penal;

IV - nas contravenções penais, a ação penal será sempre pública;

V – a única pena privativa de liberdade é a de prisão simples a qual não pode, em caso algum, ser superior a 05 (cinco) anos.

- A) I, III e IV estão corretas
- B) II, III e V estão corretas
- C) I, IV e V estão corretas
- D) I, II e V estão corretas
- E) II, III e IV estão corretas

07. No caso de infração penal contra as relações de consumo consistente em executar serviço de alta periculosidade, contrariando determinação de autoridade competente, pode-se afirmar que:

I - trata-se de norma penal em branco;

II - a circunstância de ter sido praticada em operações que envolvam alimentos, medicamentos ou quaisquer outros produtos ou serviços essenciais, será considerada como agravante;

III - trata-se de crime de ação penal pública, sendo facultado somente aos órgãos da administração pública direta ou indireta destinados à defesa dos interesses e direitos do consumidor propor a ação penal privada subsidiária da pública;

IV - poderão intervir, como assistentes do Ministério Público, somente as entidades que possuam personalidade jurídica e as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano que se destinem à defesa dos interesses e direitos do consumidor, sendo, neste caso, necessária a autorização assemblear;

V – ocorrendo morte ou lesão corporal, serão aplicadas cumulativamente as sanções cominadas a esses delitos, sem prejuízo das correspondentes à infração contra as relações de consumo.

- A) I, II e V estão corretas
- B) III, IV e V estão corretas
- C) II, III e IV estão corretas
- D) I, III e V estão corretas
- E) I, II e IV estão corretas

08. Assinale a alternativa incorreta:

- A) prevê o princípio da adequação social que sendo o tipo delitivo um modelo de conduta proibida, não é possível interpretá-lo, em certas situações aparentes, como se estivesse também alcançando condutas lícitas, isto é, socialmente aceitas e adequadas;
- B) prevê o princípio da bagatela que a insignificância da afetação da conduta, aferida através da consideração conglobada da norma, exclui a culpabilidade, por ser imperativo uma efetiva proporcionalidade entre a gravidade da conduta que se pretende punir e a drasticidade da intervenção estatal;
- C) o Direito Penal, em razão do caráter fragmentário, realiza uma tutela seletiva do bem jurídico, limitada àquela tipologia agressiva que se revela dotada de indiscutível relevância quanto à gravidade e intensidade da ofensa;
- D) no Direito Penal proíbe-se a edição de leis retroativas que fundamentem ou agravem a punibilidade; a edição de leis penais indeterminadas; e a fundamentação ou o agravamento da punibilidade pelo direito consuetudinário e pela analogia;
- E) o Direito Penal proíbe a incriminação de uma atitude interna; de uma conduta que não exceda o âmbito do próprio autor; de simples estados ou condições existenciais; e de condutas desviadas que não afetem qualquer bem jurídico.

09. Tendo em vista o disposto no Código Penal pátrio, com relação à eficácia da lei penal no espaço, é correto afirmar:

- A) no genocídio, se o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil ficará sujeito à lei penal brasileira, ainda que o crime tenha sido cometido no estrangeiro;
- B) caso um marinheiro inglês, tripulante de um navio de guerra britânico, ao desembarcar no Brasil, a título particular, cometa um homicídio em solo brasileiro, ficará sujeito à lei do Estado a que pertença a embarcação, face ao princípio do pavilhão;
- C) a qualquer crime, cometido fora do território nacional contra o Presidente da República do Brasil, a lei penal aplicável é a brasileira, tendo em vista o princípio da defesa;
- D) na hipótese de uma lesão corporal cometida por um argentino contra um americano em um navio de turismo brasileiro, que se encontrava a quinze milhas marítimas do litoral brasileiro, não será aplicável a lei penal brasileira, em razão do princípio da justiça universal;
- E) no caso de delito cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, ressalvados os casos de extraterritorialidade incondicionada, para a aplicação da lei penal brasileira é necessária somente que não tenha sido pedida ou tenha sido negada a extradição e que tenha havido requisição do Ministro da Justiça.

10. Sobre as causas de extinção de punibilidade, pode-se afirmar:

- I - o perdão do ofendido é cabível na ação penal privada exclusiva, não se aplicando à ação penal privada subsidiária da pública;
- II - a anistia, mesmo quando posterior à condenação irrecorrível, retroage e atinge a pretensão punitiva, extinguindo todos os efeitos penais da sentença;
- III - a lei somente admite a retratação do agente como forma de extinção da punibilidade nos crimes de calúnia, difamação, injúria, falso testemunho e falsa perícia;
- IV - no casamento da vítima com outra pessoa que não o ofensor, somente haverá a extinção da punibilidade quando o crime for cometido sem violência real ou grave ameaça e a ofendida não requerer o prosseguimento do inquérito policial ou da ação penal;
- V - a renúncia ao direito de queixa acarreta a extinção da punibilidade na ação penal privada subsidiária da pública.

- A) II, IV e V estão corretas
 B) I, III e V estão corretas
 C) I, II e IV estão corretas

- D) I, II e III estão corretas
E) III, IV e V estão corretas

11. Nicolau dos Anjos, na qualidade de diretor incumbido de atuar em todas as operações de interesse da firma Tabajara Empreendimentos, com o escopo de reduzir o pagamento de impostos, no período de junho de 1999 a janeiro de 2000, utilizou-se de notas fiscais frias, supostamente emitidas por Arco Íris Comércio e Serviços, lançando-as em sua escrituração, apropriando-se indevidamente de crédito relativo a ICMS, fato que gerou prejuízo ao erário estadual, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Com a mesma finalidade, de janeiro a dezembro de 2000, efetuou vendas de mercadorias sem a emissão de documentos fiscais e sem escrituração no livro próprio, deixando de recolher em decorrência disso o ICMS, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Com base no caso exposto, julgue as afirmações seguintes atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

- I - tratam-se de ilícitos fiscais-administrativos, sem repercussão no âmbito penal, cabendo ao Fisco, através de seus agentes, cobrar o tributo e a multa devidos;
II - há, além de ilícitos fiscais, justa causa para o oferecimento de denúncia;
III - Nicolau dos Anjos apenas responderá criminalmente pela utilização das notas fiscais frias, visto que a venda de mercadorias sem emissão de documentos fiscais e sem escrituração no livro próprio somente configura infração administrativa;
IV - Nicolau dos Anjos, exercendo poderes de gerente por força de contrato social, será penalmente responsável, sendo irrelevante para a lei penal a conduta daquele que forneceu as notas fiscais falsas;
V - no caso de condenação, verificando o juiz ser insuficiente ou excessiva a pena pecuniária fixada, poderá elevá-la ao décuplo ou diminuí-la até a décima parte, considerando o ganho ilícito e a situação econômica do réu.

- A) V F V F F
B) V V F F F
C) F V F V V
D) F F V V F
E) F V F F V

12. No que se refere ao concurso aparente de normas, julgue as afirmações seguintes atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

- I - uma norma penal incriminadora é especial em relação a outra, geral, quando os elementos do tipo geral estão todos contidos no tipo especial, o qual conta também com elementos especializantes de natureza objetiva ou subjetiva, que representarão sempre um aumento na sanção penal;
II - uma norma penal incriminadora é subsidiária em relação a outra, primária, quando existe uma progressividade entre as condutas, graus e estágios diversos de violação a um mesmo objeto jurídico, sendo a ofensa menos grave absorvida pela mais grave;
III - ocorre a relação consuntiva quando um fato descrito por uma norma incriminadora é meio necessário ou fase normal de preparação ou execução de outro crime; neste caso a norma consuntiva exclui a aplicação da norma consunta, por abranger o delito definido por esta;
IV - pelo princípio da alternatividade quando o agente pratica mais de uma modalidade de conduta dentro de um mesmo tipo, apenas lhe será aplicada a sanção penal correspondente a um núcleo do tipo, ainda que sucessivas as condutas ofensivas ao bem jurídico tutelado;

V – a subsidiariedade é aferida *in abstracto* pelo confronto entre as normas penais; se por qualquer circunstância, não se configurar o tipo primário e, conseqüentemente for afastada a sua incidência, a norma subsidiária não será aplicada.

- A) V V V F F
- B) F V V V F
- C) F V V F V
- D) V F F V F
- E) F V F F V

13. Quanto aos crimes contra a assistência familiar, assinale a alternativa correta:

- A) o filho maior de 18 (dezoito) e menor de 21 (vinte e um) anos, em qualquer hipótese, pode ser sujeito passivo do crime de abandono material;
- B) no crime de abandono material não é aplicável a declaração de incapacidade para o exercício do pátrio-poder, como efeito extra-penal da condenação;
- C) o tutor que deixa, sem justa causa, de prover a instrução primária do pupilo em idade escolar pratica o crime de abandono intelectual;
- D) nos crimes contra a assistência familiar a ação penal será pública condicionada à representação do ofendido;
- E) o agente que deixa, sem justa causa, de socorrer cônjuge, descendente ou ascendente, gravemente enfermo, pratica o delito de abandono material.

14. A respeito da imputabilidade penal, pode-se afirmar:

- I - se na data do fato, o agente imputável for maior de 18 (dezoito) e menor de 21 (vinte e um) anos, a pena será atenuada e os prazos da prescrição serão reduzidos pela metade, exceto quando tratar-se de prescrição intercorrente ou retroativa;
- II - a emoção não exclui a imputabilidade penal, podendo constituir circunstância atenuante ou causa de diminuição da pena;
- III - a imputabilidade é pressuposto da culpabilidade, pois esta não existe quando ausente a capacidade psíquica de compreender a ilicitude;
- IV - a embriaguez incompleta não exclui a imputabilidade, salvo se fortuita ou proveniente de força maior;
- V - quanto à embriaguez, o Código Penal Brasileiro adota a teoria da *actio libera in causa* segundo a qual, a apreciação do dolo ou da culpa do injusto deve ser deslocada para a vontade presente no momento em que sujeito se colocou no estado de incapacidade de culpabilidade.

- A) I, II e III estão corretas
- B) I, IV e V estão corretas
- C) II, III e V estão corretas
- D) II, IV e V estão corretas
- E) I, III e IV estão corretas

15. Sobre as penas, julgue as afirmações seguintes atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

- I - a substituição da pena privativa de liberdade somente poderá ser feita pela pena restritiva de direito ou pela pena de multa, alternativamente;
- II - a reincidência impede a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito, quando o crime for culposo e a pena aplicada for superior a 4 (quatro) anos;

III - a prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus sucessores, ou a qualquer entidade pública ou privada, de importância fixada pelo juiz, não inferior a 10 (dez) nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos;

IV - as tarefas decorrentes de prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas deverão ser cumpridas à razão de 1 (uma) hora de tarefa por dia de condenação, fixadas de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho;

V - na fixação da pena, a ordem a ser seguida é a análise das circunstâncias judiciais, atenuantes, agravantes, causas de diminuição e aumento da pena.

- A) V V F F V
- B) F V F V F
- C) F F V F V
- D) F V F F F
- E) F F F V V

DIREITO PROCESSUAL PENAL

16. A prova é todo meio destinado a convencer o juiz a respeito de uma situação de fato pertinente e relevante ao processo. Sobre o tema, julgue as afirmações seguintes atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

I - a notoriedade, a falta de controvérsia e a presunção legal de existência do fato dispensam a prova;

II - a busca nem sempre precede a apreensão, sendo admissível na fase pré-processual e na instrução criminal com o fim de evitar o desaparecimento das provas;

III - a acareação, como ato processual consistente na confrontação de declarações, pressupõe que as pessoas a serem acareadas já tenham prestado suas declarações divergentes, ainda que somente na fase policial, sobre fato ou circunstâncias relevantes ao processo;

IV - contradita é a forma processual adequada para argüir, após a qualificação e antes de iniciado o depoimento da testemunha, circunstâncias ou defeitos que tornem a testemunha suspeita ou indigna de fé;

V - o exame pericial, realizado durante o inquérito policial, sempre deve ser repetido na instrução criminal, uma vez que nesta fase, em razão do princípio do contraditório, as partes poderão formular quesitos que versem sobre pontos controvertidos a serem esclarecidos.

- A) F F V V V
- B) F V F V F
- C) F V F F F
- D) V F V F V
- E) V F V V F

17. No tocante aos princípios do processo penal, é incorreto afirmar:

A) em razão do princípio da isonomia, será legítima a desequiparação na ordem jurídica quando fundada e logicamente subordinada a um elemento discriminatório objetivamente aferível, que prestigie, com proporcionalidade, valores abrigados no texto constitucional;

B) o devido processo legal em sentido material exige um processo legislativo de elaboração de lei previamente definido e regular, bem como razoabilidade e senso de justiça de seus dispositivos, necessariamente enquadrados nas preceituações constitucionais;

C) o princípio do juiz natural se revela na garantia de que só podem exercer jurisdição os órgãos instituídos pela Constituição; ninguém pode ser julgado por órgão instituído após o fato; e entre os juízes pré-constituídos vigora uma ordem de competências;

D) como consectário do princípio do *favor rei*, em caso de dúvida, o interesse do acusado sempre goza, nas decisões judiciais, de prevalente proteção no contraste com a pretensão punitiva;

E) o contraditório possibilita tomar conhecimento das alegações da parte contrária, contra-alegar, contraditar as provas produzidas, contraprovar e tomar ciência dos atos e decisões judiciais para poder impugná-los.

18. No tocante à apelação, pode-se afirmar:

I - no caso de apelação do Ministério Público no interesse da defesa, a fuga do réu implica em deserção do recurso;

II – a apelação da sentença absolutória em crime de competência do juiz singular impedirá que o réu seja posto imediatamente em liberdade quando houver recurso da acusação e estiverem presentes, no caso, os pressupostos da prisão preventiva;

III – ocorre a *reformatio in pejus* indireta quando a sentença condenatória é anulada em virtude de recurso exclusivo da defesa e, na segunda sentença, vem a ser aplicada pena mais elevada ao réu;

IV – se o recurso de apelação não é conhecido, a decisão que se estabiliza é a do juízo ou tribunal *a quo*; se o recurso é conhecido, ainda que improvido e mantida integralmente a decisão anterior, a decisão do juízo ou tribunal *ad quem* substitui a do juízo ou tribunal *a quo*;

V – não tem o Ministério Público legitimidade para apelar nos crimes de ação penal privada exclusiva, se a sentença foi absolutória e o querelante não recorreu.

A) I, II e III estão corretas

B) I, II e IV estão corretas

C) III, IV e V estão corretas

D) II, IV e V estão corretas

E) I, III e V estão corretas

19. As medidas assecuratórias são providências de natureza processual que se destinam a evitar o prejuízo que adviria da demora na conclusão da ação penal. Quanto às medidas assecuratórias é incorreto afirmar:

A) o seqüestro é medida destinada a efetuar a constrição dos bens adquiridos com os proventos da infração penal, somente decretado quando houver prova plena da proveniência ilícita dos bens;

B) o seqüestro pode ser decretado de ofício, mediante representação da autoridade policial, a requerimento do ofendido ou do Ministério Público quando o ofendido for pobre e o requerer;

C) o seqüestro, o arresto e a hipoteca legal serão levantados ou cancelados se, por sentença penal irrecorrível, o réu for absolvido ou julgada extinta a punibilidade;

D) a hipoteca legal recai sobre bens imóveis lícitos do réu visando à futura reparação do dano *ex delicto*, e somente pode ser promovida depois de instaurada a ação penal;

E) o arresto é cabível quando o acusado não possuir bens imóveis ou estes forem insuficientes para a reparação do dano, incidindo sobre bens móveis de procedência lícita suscetíveis de penhora.

20. Quanto ao processo e julgamento dos crimes falimentares, pode-se dizer:

I – a ação penal não poderá iniciar-se antes de declarada a falência no juízo cível e extinguir-se-á quando a sentença que a tiver decretado, for reformada por decisão transitada em julgado;

II – o credor somente terá legitimidade para propor a ação penal por crime falimentar em caso de desídia do Curador de Massas Falidas e se a sentença de habilitação do seu crédito houver passada em julgado;

III – o inquérito judicial apura a ocorrência de crime falimentar e é presidido pelo juiz civil competente para o processo de falências;

IV – a ausência de fundamentação do despacho de recebimento de denúncia por crime falimentar enseja nulidade processual, salvo se já houver sentença condenatória;

V – a ocorrência de crime falimentar deve ser apurada através de inquérito judicial sumário quando a falência possuir passivo inferior a duzentas vezes o salário mínimo vigente no país.

A) I, II e III estão corretas

B) I, III e IV estão corretas

C) II, IV e V estão corretas

D) I, II e V estão corretas

E) III, IV e V estão corretas

21. Quanto à ação penal, é correto afirmar:

A) sempre se aplica à ação penal pública incondicionada o princípio da necessidade, que impõe ao Ministério Público, existindo elementos probatórios suficientes, o oferecimento da denúncia quando configurado o crime;

B) admite-se a ação penal privada subsidiária da pública nas hipóteses de inércia do Ministério Público e de arquivamento do inquérito policial sempre que o crime for de ação penal pública condicionada à representação;

C) aplicam-se à ação penal privada e à ação penal pública condicionada à representação, os princípios da oportunidade e da disponibilidade que possibilitam ao ofendido renunciar ou desistir da ação penal instaurada;

D) a titularidade da ação penal privada personalíssima é exclusiva do ofendido, sendo o seu exercício vedado ao representante legal do ofendido, inexistindo sucessão por morte ou ausência;

E) na ação penal privada, pode o ofendido, não havendo composição civil e optando pela queixa, deixar de nela incluir algum partícipe identificado do fato delituoso.

22. Quanto ao libelo, pode-se afirmar:

I – não é permitido ao assistente da acusação aditar o libelo para incluir agravantes genéricas e qualificadoras não constantes na pronúncia;

II – o libelo deve descrever o fato criminoso e suas circunstâncias através de artigos com proposições simples que permitam formular, aos jurados, os quesitos correspondentes a cada um dos pontos da acusação;

III – o libelo deve ser composto de duas partes, uma endereçada aos jurados, com a matéria referente ao fato criminoso e a suas circunstâncias; e outra, dirigida ao juiz, com relação à matéria de individualização de pena;

IV – para a lei processual penal, não há possibilidade de recebimento parcial do libelo pelo juiz e a falta do libelo acarreta nulidade absoluta dos atos que dele diretamente dependam ou sejam conseqüência;

V – havendo mais de um réu deve ser elaborado um libelo para cada réu; imputadas ao mesmo réu duas ou mais infrações penais, deve ser elaborado um único libelo, contendo uma série de artigos para cada crime.

A) I, II e III estão corretas

B) II, IV e V estão corretas

C) I, III e IV estão corretas

D) III, IV e V estão corretas

E) I, II e V estão corretas

23. Quanto ao processo e julgamento dos crimes de abuso de autoridade e dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos de competência do juiz singular, é correto afirmar:

- A) a representação do ofendido constitui condição de procedibilidade da ação penal pública para apurar crime de abuso de autoridade;
- B) nos crimes de abuso de autoridade e de responsabilidade dos funcionários públicos, quando afiançáveis, antes do recebimento da denúncia, o denunciado deverá ser notificado para, querendo, apresentar defesa preliminar;
- C) o crime de abuso de autoridade e o crime comum militar, ainda que em conexão, não importarão em unidade de processo e julgamento;
- D) ao co-réu não-funcionário público, em razão da continência, será concedido o prazo da defesa preliminar previsto no procedimento para apurar crimes de responsabilidade dos funcionários públicos;
- E) caso o funcionário público, intimado por edital para oferecer defesa preliminar, não compareça, nem constitua advogado, o procedimento e o prazo prescricional ficarão suspensos.

24. A ação civil *ex delicto* tem por finalidade a satisfação do dano emergente do crime. Pode-se ainda dizer que:

- I – não impede a propositura da ação civil *ex delicto*, a sentença penal absolutória que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade quando o prejudicado não for o culpado pelo perigo;
- II – impede a propositura da ação civil *ex delicto* a decisão que julgar extinta a punibilidade em razão da prescrição da pretensão punitiva do Estado;
- III – não impede a propositura da ação civil para ressarcimento do dano, a sentença penal absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime;
- IV – somente poderá ser proposta a ação civil *ex delicto* para o efeito de ressarcimento do dano após transitar em julgado a sentença penal;
- V – poderá ser proposta no juízo cível a ação para ressarcimento do dano contra o autor do crime e, se for o caso, contra o responsável civil.

- A) II, III e IV estão corretas
- B) I, II e V estão corretas
- C) III, IV e V estão corretas
- D) I, II e IV estão corretas
- E) I, III e V estão corretas

25. A execução penal se desenvolve interligando os planos jurisdicional e administrativo. Nos termos da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84) pode-se dizer:

- I - compete ao juiz da execução decidir sobre detração, suspensão condicional do processo, livramento condicional e, na hipótese de causas extintivas ocorridas após o trânsito em julgado da sentença, extinção da punibilidade;
- II – a forma progressiva de execução da pena privativa de liberdade implica na transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz da execução, quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e seu mérito indicar a progressão;
- III – a expedição da guia de recolhimento para execução constitui exigência para o início do cumprimento da pena privativa de liberdade no regime estabelecido na sentença condenatória transitada em julgado;
- IV – o tempo remido pelo condenado que cumpre a pena em regime fechado, semi-aberto ou aberto será computado para a concessão de livramento condicional e anistia;

V – admite-se o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de condenado maior de 70 (setenta) anos; condenado acometido por doença grave; e condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental.

- A) I, II e V estão corretas
- B) II, III e IV estão corretas
- C) I, IV e V estão corretas
- D) II, III e V estão corretas
- E) I, III e IV estão corretas

26. Quanto aos critérios de determinação e modificação da competência, é correto afirmar:

- A) a competência por prevenção se dá quando, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes, um deles tiver antecedido ao outro na prática de algum ato com carga decisória antes de oferecida denúncia ou queixa;
- B) ocorre a prorrogação de competência quando as partes se submetem a juiz, originalmente, incompetente absoluta ou relativamente para a causa, em razão da ausência de prejuízo;
- C) nos delitos dolosos contra a vida sempre prevalece a competência pela natureza da infração sobre a competência por prerrogativa de função;
- D) no caso de conexão ou continência de crimes de competência do juízo monocrático, o juiz que absolver o acusado da infração que promoveu a atração não continuará competente em relação às demais infrações penais atraídas;
- E) para o ajuizamento da ação penal pública ou privada, a lei processual penal brasileira não permite que prevaleça a competência pelo domicílio ou residência do réu, quando conhecido o lugar da infração.

27. Quanto à citação no processo penal, pode-se dizer:

- I – a citação real pode ser feita através de mandado, requisição, via postal com aviso de recebimento, precatória, rogatória e carta de ordem; e a citação ficta através de edital;
- II – citação válida é o ato processual com que se dá conhecimento ao réu ou querelado da acusação contra ele intentada a fim de que possa defender-se e integrar a relação processual; não previne a jurisdição nem interrompe a prescrição;
- III – em se tratando de réu ou querelado maior de 18 (dezoito) e menor de 21 (vinte e um) anos, apto para o trabalho, a citação será feita pessoalmente ou na pessoa de seu representante legal;
- IV – circundução é o ato pelo qual se julga nula ou de nenhuma eficácia a citação que contém vício insanável por haver induzido o citando a erro que culmina em sua revelia;
- V - contumácia é a ausência injustificada do réu ou querelado a ato do processo e quando a citação for real acarreta a decretação da revelia, mas não implica em confissão ficta.

- A) I, III e V estão corretas
- B) II, III e IV estão corretas
- C) II, IV e V estão corretas
- D) I, II e V estão corretas
- E) I, III e IV estão corretas

28. Quanto à prisão e à liberdade provisórias, julgue as afirmações seguintes atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

- I – a prisão em flagrante do autor do crime é sempre admissível até 24 (vinte e quatro) horas após o cometimento do delito, prazo que se considera estado de flagrância;

II – em regra, a prisão especial perdura até o trânsito em julgado da decisão condenatória e consiste no recolhimento do preso especial em local distinto da prisão comum ou, não havendo estabelecimento específico, o seu recolhimento na prisão comum, mas em cela distinta do preso que não detenha o direito à prisão especial;

III – a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública ou por conveniência da instrução criminal, quando houver prova da existência de crime doloso ou culposo, punido com reclusão, e indício suficiente de autoria;

IV – a prisão temporária poderá ser decretada pelo juiz em face da representação da autoridade policial, e seu prazo de duração não será computado no prazo máximo fixado na lei para o término da instrução criminal, estando o réu preso;

V – a liberdade provisória será concedida quando houver vício de forma e substância na autuação da prisão em flagrante ou não existirem os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva.

A) F F V V V

B) F V F F F

C) V F V F V

D) V F V V F

E) F V F V F

29. Quanto ao recurso em sentido estrito, pode-se dizer:

I – não se aplica ao recurso em sentido estrito a faculdade de arrazoar em segunda instância;

II - não cabe o recurso em sentido estrito do acolhimento da exceção de suspeição do juiz;

III – aplica-se ao recurso em sentido estrito o efeito regressivo, que é a possibilidade de reexame pelo juiz da decisão proferida;

IV – é admissível o recurso em sentido estrito do despacho que defere pedido de arquivamento de inquérito policial, instaurado para apurar crime de ação penal pública;

V – é cabível o recurso em sentido estrito da decisão que concede, negar ou revogar a suspensão condicional da pena e o livramento condicional.

A) I, III e V estão corretas

B) II, IV e V estão corretas

C) I, II e III estão corretas

D) I, II e IV estão corretas

E) III, IV e V estão corretas

30. Quanto à sentença penal, pode-se dizer:

I – o princípio da correlação prevê que deve haver correspondência entre o fato descrito na denúncia ou queixa e o fato pelo qual o réu é condenado, sob pena de nulidade da decisão;

II – considera-se publicada a sentença com a intimação pessoal do Ministério Público ou do réu ou com a intimação pessoal ou pela imprensa do defensor constituído;

III – é nula a sentença penal em que o juiz não indica, no dispositivo, o artigo de lei aplicado, e nem resulta claro pelo conjunto da sentença que o acusado está sendo condenado por determinado crime;

IV – o juiz poderá proferir sentença condenatória ainda que o Ministério Público, nos crimes de ação penal pública ou o querelante, nos crimes de ação penal privada, tenha requerido a absolvição;

V – são requisitos formais da sentença, em sentido próprio, o relatório, a motivação e o dispositivo, salvo no procedimento sumariíssimo dos Juizados Especiais Criminais em que o relatório é dispensado.

- A) I, II e III estão corretas
- B) II, III e IV estão corretas
- C) I, III e V estão corretas
- D) II, IV e V estão corretas
- E) I, IV e V estão corretas

DIREITO CIVIL

31. Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum. É a própria possibilidade do julgador em adaptar a finalidade da norma às novas exigências sociais. Dentre as modalidades de interpretação abaixo, estudadas pela hermenêutica jurídica, assinale aquela que se coaduna com o enunciado acima.

- A) gramatical;
- B) lógica;
- C) sistemática;
- D) histórica;
- E) teleológica.

32. Acerca da prescrição das ações de investigação de paternidade e contra a Fazenda Pública Municipal, de acordo com o Código Civil Brasileiro, é correto afirmar:

- A) a primeira prescreve em 05 (cinco) anos a partir da maioridade do autor e a segunda prescreve em 10 (dez) anos da data do ato ou fato do qual se originar a ação;
- B) a primeira é imprescritível e a segunda prescreve em 02 (dois) anos da data do ato ou fato do qual se originar a ação;
- C) a primeira é imprescritível e a segunda prescreve em 05 (cinco) anos da data do ato ou fato do qual se originar a ação;
- D) a primeira prescreve em 05 (cinco) anos a partir da maioridade do autor e a segunda prescreve em 05 (cinco) anos da data do indeferimento da pretensão pelo Poder Público Municipal em processo administrativo regular;
- E) ambas são imprescritíveis.

33. Considerando as disposições legais, assinale a alternativa correta:

- A) somente a morte dos pais ou do filho e o abuso de poder do pai ou da mãe são causas de extinção do pátrio poder;
- B) somente a emancipação e o abuso de poder do pai ou da mãe são causas de suspensão do pátrio poder;
- C) somente a emancipação, a adoção e a morte dos pais ou do filho são causas de suspensão do pátrio poder;
- D) a condenação do pai ou da mãe por sentença irrecorrível com pena de um ano de prisão é causa de suspensão do pátrio poder;
- E) a adoção e a emancipação são causas de extinção do pátrio poder.

34. Mário e Sueli são casados há 06 (seis) anos sob o regime da comunhão parcial de bens. Em razão dos problemas conjugais havidos, o casal encontra-se separado de fato há 02 (dois) anos e 02 (dois) meses. Dessa união resultou 02 (dois) filhos, que se encontram atualmente sob a guarda provisória de Sueli. Nesse período de separação, o casal descobriu que o seu casamento fora contraído perante autoridade incompetente. Com o objetivo de alcançar a dissolução do casamento, dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que poderá ser implementada:

- A) a interposição de Ação de Divórcio ajuizada por um dos cônjuges, com pedido de fixação do direito de visita aos filhos;
- B) a interposição de Ação de Separação Judicial ajuizada por um dos cônjuges, com pedido de separação de corpos;
- C) a interposição de Ação de Nulidade do Casamento ajuizada pelo Ministério Público ou por qualquer interessado;
- D) a interposição de Ação de Conversão em Divórcio ajuizada por ambos os cônjuges, com pedido de fixação de alimentos e guarda dos menores;
- E) a interposição de Ação de Nulidade do Casamento ajuizada somente pelo Ministério Público.

35. Em relação aos bens públicos, à luz da legislação vigente, é correto afirmar:

- A) há duas espécies de bens públicos, dentre eles os bens de uso especial;
- B) há três espécies de bens públicos, dentre eles os bens coletivos;
- C) há duas espécies de bens públicos, dentre eles os bens dominicais;
- D) há três espécies de bens públicos, dentre eles os bens de uso comum do povo;
- E) há três espécies de bens públicos que são os bens coletivos, os bens de uso especial e os bens de uso comum do povo.

36. A respeito dos atos jurídicos nulos e anuláveis, à luz da legislação vigente, assinale a alternativa correta:

- I – o Ministério Público pode suscitar a nulidade de ato jurídico realizado por vício resultante de fraude ou coação;
- II – é anulável o ato jurídico praticado por agente relativamente incapaz;
- III – é nulo o ato jurídico por vício resultante de erro ou simulação;
- IV – o ato jurídico anulável pode ser ratificado pelas partes, salvo direito de terceiros;
- V – o Ministério Público pode suscitar a nulidade de ato jurídico realizado quando for impossível o seu objeto.

- A) I, II e IV são corretas
- B) II, IV e V são corretas
- C) I, III e V são corretas
- D) I, II e III são corretas
- E) III, IV e V são corretas

37. Considerando os aspectos doutrinários acerca dos princípios fundamentais do Direito Contratual, julgue as afirmações seguintes atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

- I - o princípio da autonomia da vontade particulariza-se no Direito Contratual na liberdade de contratar, que tem como única limitação de caráter geral a ordem pública;
- II - o princípio do consensualismo é aquele que se consubstancia na regra de que as condições estabelecidas no contrato deverão ser fielmente cumpridas;
- III - são princípios fundamentais do Direito Contratual, dentre outros, o da bilateralidade e o da boa-fé;
- IV - são princípios fundamentais do Direito Contratual, dentre outros, o da garantia dos credores e o da boa-fé;
- V - são princípios fundamentais do Direito Contratual, dentre outros, o da força obrigatória ou obrigatoriedade da convenção e o da boa-fé.

- A) F F F F V

- B) V V V F F
- C) V F V V F
- D) F V V V V
- E) F V F F F

38. O Código Civil considera possuidor todo aquele que tem de fato o exercício pleno, ou não, de algum dos poderes inerentes ao domínio, ou propriedade. Acerca da posse, julgue as afirmações seguintes atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

- I – a posse direta é sempre temporária e baseia-se numa relação transitória de direito;
- II – a posse direta é derivada porque procede sempre de um intermediário;
- III – a composses pressupõe pluralidade de sujeitos e coisa indivisa, no entanto, os demais compossuidores ficarão privados temporariamente da utilização da coisa quando um outro já estiver utilizando;
- IV – a posse injusta, obtida por meio violento, não pode ser defendida pelos interditos possessórios contra terceiros que venham a desejar arrebatá-la para si;
- V – o possuidor esbulhado poderá ajuizar ação possessória para ver-se mantido na posse, inclusive para obter o provimento judicial liminar sem ser ouvido o autor do esbulho.

- A) V F V V F
- B) F F F V V
- C) V V F F F
- D) F V V F V
- E) F F F V F

39. Sobre a sucessão, de acordo com o Código Civil Brasileiro, julgue as afirmações seguintes atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

- I - a sucessão abre-se no lugar do óbito do falecido;
- II - os irmãos germanos antecedem ao cônjuge sobrevivente na ordem da vocação hereditária;
- III - a aceitação da herança pode ser expressa ou tácita, mas a renúncia deverá constar sempre de termo judicial;
- IV - havendo herdeiros necessários, que inclui os parentes colaterais, o testador só poderá dispor da metade da herança;
- V - não havendo herdeiros da classe dos descendentes são chamados à sucessão os da classe dos ascendentes.

- A) V F F V F
- B) F V V F F
- C) V F F V V
- D) V V F F V
- E) F F F F V

40. Considerando as disposições que tratam do Inventário e da Partilha no Código Civil Brasileiro, é incorreto afirmar:

- A) é válida a partilha feita pelo pai, por ato entre vivos ou de última vontade, contanto que não prejudique a legítima dos herdeiros necessários;
- B) o herdeiro que sonegar bens da herança, não os descrevendo no inventário, quando estejam em seu poder, ou, com ciência sua, no de outrem, ou que os omitir na colação, a que os deva levar, ou o que deixar de restituí-los, perderá o direito que sobre eles lhe cabia;

- C) os descendentes, que concorrerem à sucessão do ascendente comum, não são obrigados a trazer à colação as doações que dele em vida receberam, não sendo esses bens objeto de partilha;
- D) será sempre judicial a partilha, se os herdeiros divergirem, assim como se algum deles for menor, ou incapaz;
- E) a herança responde pelo pagamento das dívidas do falecido, mas, feita a partilha, só respondem os herdeiros, cada qual em proporção da parte, que na herança lhes coube.

41. Entende-se por benfeitorias as despesas que se fazem em um bem móvel ou imóvel com objetivos previamente definidos. À luz do Código Civil Brasileiro é correto afirmar:

- A) há duas espécies de benfeitorias, dentre elas as benfeitorias voluptuárias que são as de mero deleite ou recreio e que não aumentam o uso habitual da coisa;
- B) há três espécies de benfeitorias, dentre elas as benfeitorias indenizáveis que dão ao possuidor o direito de indenizar contra o dono da coisa;
- C) há três espécies de benfeitorias que são as voluptuárias, as indenizáveis e as necessárias, sendo esta última espécie as benfeitorias que aumentam ou facilitam o uso da coisa;
- D) há três espécies de benfeitorias, dentre elas as benfeitorias necessárias que têm por fim conservar a coisa ou evitar que se deteriore;
- E) há duas espécies de benfeitorias, dentre elas as benfeitorias indenizáveis que dão ao possuidor o direito de indenizar contra o dono da coisa.

42. Considerando a legislação vigente, assinale a alternativa correta:

- A) o penhor, a anticrese e a hipoteca são alguns dos direitos reais de garantia;
- B) o penhor, a enfiteuse e a anticrese são alguns dos direitos reais de garantia;
- C) somente o penhor, a hipoteca e a caução de títulos de créditos são direitos reais de garantia;
- D) somente o penhor, a hipoteca e a enfiteuse são direitos reais de garantia;
- E) somente o penhor, a hipoteca e a anticrese são direitos reais de garantia.

43. Cumprindo previsão da Constituição de 1988, relacionada aos direitos e deveres individuais e coletivos, foi instituído o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que dispõe sobre a proteção do consumidor, introduzindo grandes inovações nas relações de consumo. Observando-se o inteiro teor dessa norma, pode-se afirmar que:

- A) os direitos básicos do consumidor previstos no Código de Defesa do Consumidor, por estarem taxativamente enumerados em uma lei especial, excluem quaisquer outros que derivem dos princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade;
- B) as sociedades controladas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor, enquanto que as sociedade consorciadas são apenas subsidiariamente responsáveis;
- C) o produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais sua apresentação, o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam e a época em que foi colocado em circulação;
- D) o comerciante é responsável pelo fato do produto somente quando este produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador;
- E) não sendo o vício do produto sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o consumidor somente pode exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie ou a restituição imediata da quantia paga corrigida.

44. Considerando a aplicação e a interpretação da lei, julgue as afirmações seguintes atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

I - a responsabilidade por dano ambiental é objetiva, cabendo exclusivamente ao Ministério Público da União propor ação de responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente;

II - a responsabilidade por dano ambiental é objetiva, isto é, independe de verificação de culpa;

III - a responsabilidade por dano ambiental é objetiva, ainda que o poluidor não seja o empreendedor responsável pela atividade ocasionadora do dano;

IV - na responsabilidade por dano ambiental, sem obstar a aplicação de outras penalidades, o poluidor é obrigado, desde que comprovada a culpa, a indenizar e reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua atividade;

V - na responsabilidade por dano ambiental, sem obstar a aplicação de outras penalidades, o poluidor é obrigado, ainda que não comprovada a sua culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua atividade.

A) F V F F V

B) V F F V F

C) F V F V F

D) F V V F V

E) V F V F V

45. Em sua parte geral o Código Civil Brasileiro divide as pessoas entre naturais e jurídicas. A propósito desse tema, julgue as afirmações seguintes atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

I – os loucos de todo o gênero, os menores de 16 (dezesseis) anos e os surdos-mudos que não puderem exprimir sua vontade são considerados absolutamente incapazes para exercer pessoalmente os atos da vida civil;

II – os pródigos, os silvícolas e os ausentes declarados por ato judicial são considerados relativamente incapazes a praticar certos atos da vida civil;

III – as empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, enquanto que as sociedades de economia mista e as fundações são pessoas jurídicas de direito privado;

IV – as pessoas jurídicas tem finda a sua existência pela dissolução, que pode ocorrer em virtude de ato do Governo;

V – são pessoas jurídicas de direito público a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os Partidos Políticos.

A) V V F V V

B) V F F V F

C) F V V F F

D) F V F F F

E) V F V F V

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

46. Tendo em vista especificamente os preceitos contidos na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), julgue as afirmações seguintes atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

I – estão sujeitos às penalidades cominadas no referido diploma os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo,

fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos;

II – em qualquer fase do processo, reconhecida a inadequação da ação de improbidade, o juiz extinguirá o processo sem julgamento do mérito;

III – comissão constituída para apurar a prática do ato de improbidade dará conhecimento da instauração do respectivo procedimento administrativo ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, que deverão obrigatoriamente designar representantes para acompanharem os trabalhos da investigação;

IV – se o agente público cometer qualquer ato de improbidade administrativa no exercício de cargo efetivo ou emprego, as ações destinadas a levar a efeito as respectivas sanções poderão ser propostas dentro do prazo prescricional de 5 (cinco) anos, contado a partir da data de encerramento do procedimento administrativo instaurado para apurá-lo;

V – em sede cautelar, o Ministério Público é legitimado para requerer apenas o seqüestro de bens do agente ímprobo ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio, podendo o pedido incluir, quando for o caso, a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

A) V F V V V

B) V V F F V

C) F F F F V

D) F F V V F

E) V V V V F

47. A respeito da ação declaratória incidental, julgue as afirmações seguintes atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

I - encerra pretensão que poderia ser objeto de ação declaratória autônoma;

II - visa a incluir na parte dispositiva da sentença a resolução de questão prejudicial de mérito;

III - busca ampliar os limites subjetivos da coisa julgada;

IV - pode ser ajuizada pelo curador especial nomeado ao revel;

V - o assistente litisconsorcial tem legitimidade para ajuizá-la.

A) V F V V F

B) V F F V V

C) F V V F V

D) F F F F V

E) V V F F F

48. Assinale a alternativa correta:

A) quando a citação for válida, a interrupção da prescrição terá início a partir da data do despacho que ordenou a sua promoção;

B) verificada a ocorrência de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará de ofício a citação de todos os consorciados para prevenir a futura nulidade da sentença;

C) no caso de revelia, o autor não poderá alterar o pedido, ou a causa de pedir, nem demandar declaração incidente, salvo se promover nova citação do réu;

D) o revel citado por edital ou por hora certa sofrerá os efeitos da revelia, mas o curador especial que lhe for nomeado poderá defendê-lo oferecendo reconvenção;

E) decretada a revelia na ação de investigação de paternidade, o investigador estará dispensado de produzir as provas referentes aos fatos deduzidos na inicial.

49. Quanto aos procedimentos ordinário e sumário, pode-se dizer:

I - os dois procedimentos admitem a denúncia da lide;

II - os dois procedimentos permitem a produção de prova pericial;

III - os dois procedimentos permitem que seja intentada a ação declaratória incidental;

IV - os dois procedimentos admitem o recurso de terceiro prejudicado;

V - os dois procedimentos permitem a assistência.

A) I, II e III estão corretas

B) II, IV e V estão corretas

C) I, III e V estão corretas

D) I, II e IV estão corretas

E) III, IV e V estão corretas

50. Julgue as afirmações seguintes atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

I - o juiz pode indeferir a produção de prova pericial, desde que ele mesmo possua conhecimentos técnicos específicos sobre a matéria objeto da perícia;

II - a confissão extrajudicial verbal só terá eficácia nos casos em que a lei não exija prova literal;

III - no Código de Defesa do Consumidor, as hipóteses de inversão do ônus *probandi* podem ser judiciais e legais;

IV - o sistema de avaliação da prova no processo civil brasileiro é o da convicção íntima limitada pela observância das provas legais;

V - na jurisdição cível, o juiz pode autorizar a interceptação telefônica para efeito de prova.

A) F F V V V

B) V V F V F

C) F F V V F

D) F V V F F

E) V V V V V

51. Ocorre substituição processual, legitimação extraordinária ou legitimação anômala quando a lei, excepcionalmente, admite que determinadas pessoas físicas ou jurídicas venham a demandar perante o judiciário, em nome próprio, na qualidade de autoras ou rés, a tutela de direito pertencente a outrem. A respeito deste instituto processual, julgue as afirmações seguintes atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

I – se o substituto processual sucumbir na demanda para a qual foi legitimado a litigar, caberá ao substituído arcar com as despesas processuais dela decorrentes;

II – a atuação do substituto processual circunscreve-se a sua própria condição de parte processual, formal, sendo-lhe vedado praticar atos que importem na ofensa ao direito material que defenda em juízo, tais como a renúncia, a confissão, o reconhecimento jurídico do pedido, todos estes privativos do substituído;

III – em todos os casos de substituição processual, o substituto atua também em nome de um interesse próprio, mas sempre conexo ao que emerge do direito material pertencente ao substituído;

IV – a substituição processual é autônoma concorrente subsidiária quando o substituto processual só puder atuar se o legitimado ordinário deixar de fazê-lo em certo prazo;

V – a substituição processual é autônoma concorrente primária se o substituto processual puder atuar independentemente de qualquer atitude do legitimado ordinário.

- A) F V F F V
- B) V F V F F
- C) F V F V F
- D) V F F F V
- E) F V V V V

52. A respeito da sentença e da coisa julgada, não é correto afirmar:

- A) mesmo após a publicação da sentença de mérito, o juiz que a prolatou poderá, de ofício, alterá-la para lhe corrigir inexatidões materiais;
- B) a sentença que homologa a liquidação por artigos ou por arbitramento faz coisa julgada material e somente pode ser desconstituída pela via da ação rescisória;
- C) as sentenças terminativas, transitadas em julgado, não produzem coisa julgada material mas somente preclusão *pro iudicato*;
- D) a sentença *ultra petita* é integralmente nula, devendo o tribunal, em grau de recurso, cassá-la a fim de que outra seja proferida no juízo de origem;
- E) no ordenamento jurídico brasileiro, os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença, não são atingidos pelos efeitos da coisa julgada.

53. Assinale a alternativa incorreta:

- A) os bens deixados em herança no estrangeiro e ali partilhados segundo a lei sucessória alienígena não poderão ser computados pelo juiz brasileiro na cota hereditária a ser partilhada no Brasil;
- B) a sentença que determinar a abertura da sucessão provisória só produzirá efeito 6 (seis) meses depois de publicada na imprensa, mas, no correr deste prazo, a herança deixada pelo ausente poderá ser considerada jacente;
- C) quando o inventariante for dativo, todos os herdeiros e sucessores do falecido serão autores ou réus nas ações em que o espólio for parte;
- D) a remoção do inventariante constitui sanção punitiva por infração aos deveres do cargo e, como tal, somente deve ser decretada pelo juiz depois de intimado o infrator para, no prazo de 5 (cinco) dias, defender-se e produzir provas;
- E) segundo o Código de Processo Civil, questões de alta indagação que o juiz do inventário deve remeter para julgamento nos meios ordinários são aquelas que envolvem o exame exclusivo de matéria de direito notoriamente complexa e de difícil interpretação.

54. Julgue as afirmações seguintes atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

I - quando homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público, o arquivamento do inquérito civil público impede o exercício da ação civil pública porque fulmina o interesse de agir relacionado aos fatos investigados, tornando carecedores de ação os que estariam co-legitimados para ajuizá-la;

II - a instauração do inquérito civil público para a investigação de dano ambiental não constitui prerrogativa exclusiva do Ministério Público porque a associação civil também pode instaurá-lo com o mesmo objetivo, desde que esteja entre suas finalidades estatutárias a defesa do meio ambiente;

III - se o Conselho Superior do Ministério Público rejeitar a promoção de arquivamento do inquérito civil, por entender que os fatos investigados indicam a violação de direitos tuteláveis pela via da ação civil pública, esta deverá ser promovida necessariamente pelo substituto automático do autor do arquivamento, por força do princípio do promotor natural;

IV - ainda que obtidas pelo Promotor de Justiça fora do inquérito civil, as peças informativas avulsas, colhidas para fundamentar a propositura da ação civil pública, também estão sujeitas ao arquivamento e ao posterior controle do Conselho Superior do Ministério Público;

V - o compromisso de ajustamento de conduta firmado no curso do inquérito civil público tem eficácia de título executivo extrajudicial a partir do momento em que é lavrado pelos interessados, independentemente do arquivamento do inquérito civil ou da posterior homologação deste pelo Conselho Superior do Ministério Público.

A) F V V F F

B) V F V F V

C) V V F F V

D) F F F V V

E) F F V V F

55. O Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90) classificou os interesses ou direitos em interesses ou direitos difusos, interesses ou direitos coletivos e interesses ou direitos individuais homogêneos. Com base nesta classificação, pode-se afirmar:

I - os interesses ou direitos difusos e os interesses ou direitos coletivos têm em comum a circunstância de serem indivisíveis e transindividuais;

II - nos interesses ou direitos coletivos, a titularidade pertence a grupo, categoria ou classe de pessoas determinadas ou determináveis, vinculadas entre si por circunstâncias de fato;

III - nos interesses ou direitos difusos, os titulares são pessoas indeterminadas e ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

IV - os interesses ou direitos coletivos e os interesses ou direitos individuais homogêneos têm em comum a circunstância de que os titulares integram grupo, categoria ou classe de pessoas determinadas ou determináveis;

V - somente os interesses ou direitos individuais homogêneos são divisíveis.

A) I, II e IV estão corretas

B) II, III e V estão corretas

C) III, IV e V estão corretas

D) I, IV e V estão corretas

E) I, II e III estão corretas

56. No sistema recursal do Código de Processo Civil, pode-se afirmar:

I - quando recebe a apelação, o juiz profere uma decisão positiva acerca dos requisitos de admissibilidade do recurso, sendo-lhe vedado dela retratar-se;

II - o prazo para interposição de recurso adesivo começa a correr a partir da intimação para o oferecimento de contra-razões;

III - em segunda instância, o mérito de qualquer recurso é julgado por decisão colegiada;

IV - nos casos de embargos infringentes, é pressuposto específico o de que o acórdão recorrido haja sido proferido por maioria de votos;

V - o acórdão que negar provimento ao recurso substituirá a sentença ou decisão recorrida somente na parte que tiver sido objeto da impugnação recursal.

A) I, II e III estão corretas

- B) I, IV e V estão corretas
- C) II, III e IV estão corretas
- D) I, III e V estão corretas
- E) II, IV e V estão corretas

57. Quanto às ações possessórias e à usucapião, pode-se afirmar:

- I - dada a natureza dúplice da ação de manutenção de posse, quando o juiz negar a proteção possessória ao autor deverá concedê-la obrigatoriamente ao réu, ainda que este não a tenha postulado na contestação;
- II - nas ações possessórias, a sentença de procedência tem eficácia executiva *lato sensu*, mediante simples expedição e cumprimento de um mandado judicial, independentemente de ajuizamento de ação executiva específica para tanto;
- III - a usucapião especial de imóvel urbano e a usucapião especial de imóvel rural poderão ser invocadas como matéria de defesa, valendo a sentença que as reconhecer como título para registro no cartório de registro de imóveis;
- IV - na sentença que declarar a usucapião coletiva de imóvel urbano, o juiz deverá atribuir a cada possuidor nela contemplado uma fração ideal de terreno equivalente à dimensão da área que cada um ocupava ao tempo do ajuizamento da ação;
- V - na pendência da ação de usucapião especial sobre imóvel urbano, as ações petitórias ou possessórias que venham a ser propostas relativamente ao imóvel usucapiendo ficarão sobrestadas.

- A) II, III e V estão corretas
- B) I, II e IV estão corretas
- C) I, III e IV estão corretas
- D) I, III e V estão corretas
- E) II, IV e V estão corretas

58. Sobre a execução civil e a execução fiscal, pode-se afirmar:

- I - na execução por carta, os incidentes relacionados com a penhora, avaliação e alienação do bem penhorado serão decididos no juízo deprecado;
- II - a execução para entrega de coisa certa somente pode ser aparelhada por título executivo judicial;
- III - quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o credor procederá diretamente a sua execução pelo procedimento executório específico, independentemente de prévia liquidação, bastando que instrua o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo;
- IV - no processo executivo fiscal para cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública, se o executado entender que parte da dívida é incontroversa, poderá pagar esta parcela e garantir a execução pelo saldo remanescente, independentemente da anuência da exequente;
- V - na execução por quantia certa contra devedor solvente, o devedor poderá requerer ao juiz que mande citar o credor para que venha a juízo receber o que lhe cabe em título executivo extrajudicial.

- A) I, III e IV estão corretas
- B) I, III e V estão corretas
- C) II, III e IV estão corretas
- D) I, II e V estão corretas
- E) II, IV e V estão corretas

59. O Código de Processo Civil admite a cumulação de pedidos distintos e autônomos em um único processo, desde que:

I - todos os pedidos sejam necessariamente conexos;

II - todos os pedidos sejam compatíveis entre si;

III - o mesmo juízo seja competente para conhecer de todos os pedidos;

IV - o tipo de procedimento seja adequado para todos os pedidos ou, se para cada pedido corresponder procedimentos diversos, o autor opte por imprimir o procedimento comum ordinário a todos eles;

V - haja concordância tácita ou expressa do réu.

A) I, III e IV estão corretas

B) II, III e V estão corretas

C) I, IV e V estão corretas

D) I, II e V estão corretas

E) II, III e IV estão corretas

60. Assinale a alternativa incorreta:

A) a ação declaratória não se presta para a simples declaração de fatos, à exceção da declaração da autenticidade ou falsidade de documento, sendo sua finalidade primordial a declaração da existência ou da inexistência de relação jurídica;

B) se o ato processual for passível de ser fracionado em partes independentes, a nulidade que atinja uma destas partes não contaminará as demais, que continuarão hígidas e aptas a produzirem efeito;

C) a ação monitória tem por finalidade acudir a todo aquele que deseja receber algum pagamento em dinheiro, ver entregue coisa fungível ou determinado bem móvel, valendo-se de alguma prova escrita que não tenha eficácia de título executivo;

D) na jurisdição voluntária, face a inexistência de litígio e, conseqüentemente, de sucumbência, as despesas decorrentes do procedimento serão adiantadas por quem o requereu, sendo posteriormente rateadas entre todos os interessados;

E) a causa de pedir é a norma legal invocada pelo autor para fundamentar o seu pedido.

DIREITO CONSTITUCIONAL

61. Julgue as afirmações seguintes sobre imunidade parlamentar atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

I – somente após a posse para o exercício de seus respectivos mandatos os Deputados Federais e os Senadores passam a ter foro privilegiado, ou seja, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal;

II – no caso de prisão em flagrante de Senador, pela prática de crime inafiançável, os autos da referida prisão serão remetidos dentro de, no máximo, vinte e quatro horas ao Senado, para que, pelo voto de dois terços de seus membros, mantenha, revogue ou relaxe a prisão;

III – recebida denúncia contra Deputado Federal, o Supremo Tribunal Federal dará ciência ao à Câmara dos Deputados, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto de dois terços de seus membros, poderá, até a decisão final, extinguir o referido processo crime;

IV – somente em caso ou iminência de guerra externa a incorporação de Deputados Federais e Senadores militares às Forças Armadas, dependerá de prévia licença da Casa respectiva;

V – as imunidades de Deputados Federais ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva,

nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

- A) V V V V V
- B) V V F F F
- C) F F F F V
- D) F V V V F
- E) F F V V F

62. As Constituições rígidas são aquelas que necessitam de um processo formal, que dificulta a alteração de seu texto, estabelecendo mecanismos parlamentares específicos, *quorum* para a aprovação com maiorias especiais, competência restrita para propor a sua alteração, além de limites temporais, circunstanciais e materiais para o funcionamento do poder de reforma. São características da rigidez da Constituição de 1988, exceto:

- A) a proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, 3/5 (três quintos) dos votos dos respectivos membros;
- B) a proposta de emenda só poderá partir de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, do Presidente da República ou de mais da metade das Assembléias Legislativas, que encaminharão a proposta aprovada por maioria relativa de seus membros;
- C) a existência de limites circunstanciais, consubstanciados na proibição do funcionamento do poder constituinte derivado, durante a vigência do estado de sítio, do estado de defesa e de intervenção federal;
- D) a impossibilidade de controle de constitucionalidade por parte do poder judiciário sobre o produto oriundo do processo legislativo utilizado pelo poder constituinte de segundo grau, por se tratar de manifestação soberana do povo efetuada por seus representantes;
- E) a existência de limites materiais, onde se proíbe emendas tendentes a abolir a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; os direitos individuais e suas garantias; e a separação de poderes.

63. Do controle da constitucionalidade concentrado no ordenamento jurídico-constitucional brasileiro, considerando a supremacia da Constituição Federal, infere-se que:

- A) compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição Federal, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;
- B) compete ao Supremo Tribunal Federal a guarda da Constituição Federal e a dos Estados Federados, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual e municipal e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual;
- C) compete ao Superior Tribunal de Justiça a guarda da Constituição Federal, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual e municipal e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual;
- D) compete aos Tribunais de Justiça dos Estados Federados processar e julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;
- E) compete ao Superior Tribunal de Justiça, precipuamente, a guarda da Constituição Federal, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de lei

ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

64. A Constituição Federal de 1988 assegura que o processo legislativo compreende a elaboração de:

- A) emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos, resoluções, decretos e portarias;
- B) emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos, resoluções e portarias;
- C) leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos, decretos-lei, decretos regulamentadores e resoluções;
- D) leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos, portarias, pareceres normativos e resoluções;
- E) emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.

65. Na conformidade da atual Carta Magna, compete privativamente ao Senado Federal:

- A) decretar o estado de defesa, o estado de sítio e decretar e executar a intervenção federal;
- B) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles, e processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;
- C) processar e julgar nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;
- D) processar e julgar nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;
- E) processar e julgar, originariamente, o crime político, bem como conceder indulto e comutar penas.

66. Assinale a alternativa correta:

- A) aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, entidade autárquica, empresa pública federal ou sociedade de economia mista com predominância acionária federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;
- B) aos Tribunais Regionais Federais compete processar e julgar originariamente os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente;
- C) ao Supremo Tribunal Federal compete julgar em recurso ordinário as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;
- D) o Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de dezessete Ministros, togados e vitalícios, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, dos quais onze

escolhidos dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, integrantes da carreira da magistratura trabalhista, três dentre advogados e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho;

E) ao Superior Tribunal de Justiça compete apreciar a arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição Federal, sendo possível recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.

67. Assinale a alternativa incorreta:

A) o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, sendo seus princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional;

B) ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observada a Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento;

C) os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução;

D) os Procuradores-Gerais de Justiça nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva;

E) conforme dispõe a Constituição Federal, leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros as seguintes garantias: vitaliciedade com a posse e exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado; inamovibilidade absoluta; e irredutibilidade de subsídio.

68. Tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta:

A) é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

B) as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

C) no iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, independentemente da existência de dano decorrente do uso;

D) são a todos assegurados independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

E) aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

69. Considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988, em relação às garantias da magistratura, assinale a alternativa correta:

A) a vitaliciedade impede definitivamente a perda do cargo pelos juízes;

B) a irredutibilidade de subsídio torna os juízes imunes à tributação por meio do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza;

- C) a vitaliciedade somente é adquirida pelos magistrados após dois anos de exercício no cargo;
- D) quando em disponibilidade, aos juízes é facultado exercer qualquer outro cargo ou função;
- E) a inamovibilidade pode ser afastada por motivo de interesse público, declarado pelo voto de dois terços do respectivo tribunal, assegurada a ampla defesa.

70. Segundo a Constituição Federal de 1988, uma pessoa nascida no Brasil, filha de pai uruguaio e mãe argentina, é considerada:

- A) brasileira naturalizada;
- B) brasileira nata, em qualquer hipótese;
- C) apátrida;
- D) estrangeira, pois o Brasil adota o critério do *jus sanguinis*;
- E) brasileira nata, desde que os pais não estejam a serviço de seu país.

71. São privativos de brasileiros natos os cargos de:

- A) Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, Ministro do Supremo Tribunal Federal, da carreira diplomática, de oficial das Forças Armadas e de Ministro de Estado da Defesa;
- B) Presidente e Vice-Presidente da República, Deputado Federal, Senador da República, Ministro do Supremo Tribunal Federal, da carreira diplomática, de oficial das Forças Armadas e de Ministro de Estado da Defesa;
- C) Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Procurador Geral da República, da carreira diplomática, de oficial das Forças Armadas e de Ministro de Estado da Defesa;
- D) Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente do Congresso Nacional, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, da carreira diplomática, de oficial das Forças Armadas e de Ministro de Estado da Defesa;
- E) Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, Ministro do Supremo Tribunal Federal, da carreira diplomática, Procurador Geral da República e de oficial das Forças Armadas.

72. O brasileiro nato pode perder a nacionalidade:

- A) em consequência da sanção acessória a condenação à pena de reclusão;
- B) se adquirir outra nacionalidade por naturalização voluntária;
- C) se banido do território nacional;
- D) se cancelada a sua nacionalidade por naturalização voluntária;
- E) se privado dos seus direitos políticos por invocar crença religiosa ou convicção política para não prestar o serviço militar.

73. Assinale a alternativa correta:

- A) no exercício da competência legislativa concorrente, a União edita normas gerais e específicas;
- B) a omissão inconstitucional pode ser atacada por meio de ação declaratória de constitucionalidade;
- C) quando da promulgação de uma nova Constituição, diz-se que a legislação ordinária compatível perde o suporte de validade da Constituição antiga, mas continua válida pela teoria da recepção;
- D) o controle de constitucionalidade por via de exceção é o chamado controle difuso, que tem como características a existência de um caso concreto e a produção de efeitos *erga omnes*;

E) é competência privativa do Presidente da República, sem possibilidade de delegação, dispor sobre moeda e seus limites de emissão.

74. Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão:

A) mediante eleição, pelo voto secreto, de dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça; de dois juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça; de um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo; de um membro do Ministério Público Estadual indicado pelo Procurador Geral de Justiça, por nomeação, pelo Presidente da República; de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça;

B) mediante eleição, pelo voto secreto, de dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça; de dois juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça; de um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo; por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça;

C) mediante eleição, pelo voto secreto, de quatro juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça; de um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo; por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça;

D) mediante indicação pelo Presidente do Tribunal de Justiça, de dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça; de dois juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça; de um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo; por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil;

E) mediante nomeação pelo Presidente da República, de dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça; de dois juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça; de um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo; por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil.

DIREITO ADMINISTRATIVO

75. Dispõe a Constituição Federal de 1988 que os atos de improbidade administrativa importarão:

A) somente a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública e a tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas;

B) somente a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública e o ressarcimento do dano ao erário, na forma e gradação previstas em lei;

C) a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível;

D) somente a cassação dos direitos políticos e a ação penal contra o agente público;

E) a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

76. Sobre poder de polícia é correto afirmar:

- A) a fiscalização que o poder público realiza sobre o exercício funcional dos servidores públicos constitui típico ato de poder de polícia;
- B) o poder de polícia corresponde a uma atividade estatal que, possuindo como última finalidade a defesa do interesse coletivo, regula a prática de ato ou abstenção de fato por parte do administrado;
- C) em respeito ao princípio da legalidade que norteia a Administração Pública, o poder de polícia somente se manifestará através de atos normativos gerais e abstratos plenamente vinculados;
- D) por atender sempre a um interesse público e traduzir o desejo da coletividade, a prática de ato de poder de polícia por parte do Poder Público deve sempre se dar de forma gratuita para o administrado atingido pelo ato, já que as limitações a sua liberdade e a sua propriedade constituem ônus suficiente;
- E) por apresentarem como características a auto-executoriedade e a coercibilidade, os atos de poder de polícia não estão sujeitos à prévia aprovação de órgão estranho à Administração; contudo, cabe ao Poder Judiciário, quando provocado, unicamente fixar a devida indenização pelos prejuízos materiais sofridos pelo administrado atingido pela prática do ato.

77. Julgue as afirmações seguintes atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso) assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

- I – os dirigentes das agências reguladoras são nomeados pelo Presidente da República, após a aprovação pelo Senado Federal, e exercerão mandato a prazo certo;
- II – as autarquias e fundações públicas qualificadas como agências executivas possuem, somente para os casos de contratação de obras de engenharia, limite de isenção ao dever de licitar superior aos demais órgãos da Administração direta;
- III – contrato de gestão é aquele realizado unicamente entre o Poder Público e os administradores dos órgãos e entidades da Administração direta, e que tem por finalidade ampliar a autonomia gerencial, orçamentária e financeira destes órgãos e entidades;
- IV – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;
- V – no âmbito da União, a qualificação de entidades privadas, que desenvolvem atividades nas áreas de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde, como organizações sociais, é ato administrativo vinculado do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

- A) V V V V F
- B) F V F V V
- C) V F V F V
- D) F V V F F
- E) V F F V F

78. Julgue as afirmações seguintes, atribuindo V (verdadeiro) para as que forem causa de dispensa de licitação prevista na legislação brasileira e F (falso) para as que não forem, assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

I – a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

II – a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da Administração e de edições técnicas oficiais, bem como a prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico;

III – as compras ou contratações de serviços para o abastecimento de navios, embarcações, unidades aéreas ou tropas e seus meios de deslocamento, quando em estada eventual de curta duração em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes, por motivo de movimentação operacional ou de adestramento, quando a exigüidade dos prazos legais puder comprometer a normalidade e os propósitos das operações, qualquer que seja o valor da contratação;

IV – a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

V – a possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.

A) V V F F V

B) V V V V F

C) F F V V F

D) F V V V V

E) V F F F F

79. Julgue as afirmações sobre licitação atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta, de acordo com o direito positivo pátrio:

I – em todas as modalidades de licitação, a contagem de prazos nos processos licitatórios considerará os dias consecutivos, excluirá o dia do início e incluirá o do vencimento;

II – para fim de habilitação jurídica de sociedades civis em processo licitatório, será exigida a inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

III – atendendo ao princípio da publicidade previsto na Constituição Federal, em todas as modalidades de licitação deverá haver publicação, na Imprensa Oficial e em jornal de grande circulação, de aviso que conterà a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e as informações sobre a licitação;

IV – ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e abertas as propostas, não cabe desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento;

V – os membros das comissões de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

A) V F V F V

B) V F V V F

C) F V F V V

D) F V F F V

E) V V F F V

80. De acordo com o direito positivo brasileiro, sobre o contrato administrativo é correto afirmar:

- A) caracteriza-se, unicamente, pela possibilidade de a Administração alterar unilateralmente suas cláusulas, em função da necessidade de adequação a interesse público superveniente;
- B) em respeito aos princípios da legalidade e da publicidade, é nulo e de nenhum efeito todo contrato verbal realizado com a Administração;
- C) em decorrência da supremacia do interesse público sobre o privado, o contratado pela Administração, em nenhuma hipótese, poderá invocar a *exceptio non adimpleti contractus* para suspender a execução ou obter a rescisão do contrato;
- D) a duração dos contratos de aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática poderá ser fixada para até quarenta e oito meses após o início da vigência dos referidos contratos;
- E) em virtude da chamada teoria do fato do príncipe, a alteração de tributo, que comprovadamente repercute nos preços de contrato administrativo em pleno vigor, ocasionará a revisão dos preços contratados somente para elevá-los, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

81. Julgue as afirmações seguintes atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000):

- I – entende-se como receita corrente líquida o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, só sendo permitida, no caso dos Estados, a dedução das parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;
- II – constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo vedada toda espécie de transferência voluntária para o ente da Federação que descumprir este preceito, no que se refere aos impostos;
- III – considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória, ou ato administrativo normativo que fixem para a União, Estados, Municípios e Distrito Federal a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios;
- IV – se a despesa total com pessoal exceder noventa e cinco por cento do limite estabelecido, é vedado ao Poder ou órgão que houver incorrido no excesso, a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, exceto, unicamente, aqueles derivados de sentença judicial;
- V – na esfera estadual, é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato dos titulares dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

- A) V V V V V
- B) V F V F F
- C) F V F V V
- D) V V F V F
- E) F F V F V

82. Julgue as afirmações seguintes atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

I - em decorrência dos princípios da legalidade e da moralidade que norteiam a Administração Pública brasileira, a criação de todos os cargos públicos dos três Poderes da República deverá se dar por lei em sentido estrito;

II - de acordo com a dicção constitucional, o teto remuneratório para os ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da Administração Pública será equivalente ao subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando este teto às empresas públicas, às sociedades de economia mista e suas subsidiárias;

III - em respeito ao princípio da impessoalidade, toda nomeação para cargo público deverá ser precedida de concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvados, unicamente, os casos de nomeação para cargos de provimento em comissão;

IV - os servidores públicos nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público adquirirão estabilidade após três anos de efetivo exercício, sendo, contudo, necessária uma avaliação especial de desempenho, realizada por comissão instituída para essa finalidade;

V - os servidores públicos titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, acometidos de invalidez permanente, serão sempre aposentados com proventos integrais, não importando o tempo de contribuição.

A) V F V V F

B) F V V V V

C) V V V F F

D) F F F V F

E) V F F F V

83. Sobre desapropriação, pode-se afirmar:

A) por corresponder a uma exceção ao direito de propriedade, toda desapropriação se dará mediante justa e prévia indenização em dinheiro;

B) é forma derivada de aquisição de propriedade, uma vez que os direitos reais incidentes sobre o bem desapropriado não se extinguem com a expropriação, permanecendo em favor de seus respectivos titulares;

C) é vedada a desapropriação, pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios de ações, cotas e direitos representativos do capital de instituições e empresas cujo funcionamento dependa de autorização do Governo Federal e se subordine à sua fiscalização, salvo mediante prévia autorização, por decreto do Presidente da República;

D) a União, os Estados, o Distrito Federal, em razão do pacto federativo, e os Municípios, em decorrência dos seus interesses locais, possuem competência concorrente para legislar sobre desapropriação;

E) a imissão provisória de posse, em razão da auto-executoriedade dos atos administrativos, se dá, mesmo no caso de desapropriação judicial, mediante ato do ente expropriante, sendo somente necessária a declaração de urgência e que a imissão seja executada no prazo máximo de cento e vinte dias a contar da referida declaração.

84. Julgue as afirmações seguintes, assinalando a alternativa correta:

A) são considerados bens públicos os que pertencem à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios, respectivas autarquias e fundações de direito público;

B) em razão de sua imprescritibilidade, os bens públicos não são suscetíveis de usucapião, salvo quando se tratar de usucapião *pro labore*;

C) o mar territorial brasileiro, bem público do patrimônio disponível, é a faixa de doze milhas marítimas de largura, contadas a partir da linha da baixa-mar do litoral continental e insular do País;

D) permissão de uso de bem público é ato administrativo bilateral, discricionário e precário, pelo qual é concedida ao particular a possibilidade de utilização do referido bem, enquanto a Administração dele não necessitar, ou enquanto permanecer o interesse público existente à época da emanção do ato;

E) em respeito ao princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, a aquisição de bens pelo poder público somente se dá através de instrumentos regidos pelo direito público.

DIREITO ELEITORAL

85. No tocante à ação de impugnação de mandato eletivo, é incorreto afirmar:

A) a ação de impugnação de mandato eletivo se fundará nos pressupostos constitucionais de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude;

B) a diplomação constitui suporte fático para a propositura da ação de impugnação de mandato eletivo, que somente poderá ser ajuizada se o recurso contra a diplomação for julgado improcedente;

C) o Ministério Público, os partidos políticos e os candidatos são partes legítimas para propor a ação;

D) é competente, para conhecer e julgar a ação, o mesmo juízo eleitoral que tiver competência para a diplomação do réu;

E) exige-se, para a propositura da ação, prova que mostre a viabilidade de êxito da ação e que afaste, *ab initio*, a arguição por temeridade ou má-fé.

86. Quanto aos crimes e ao procedimento penal eleitoral, julgue as afirmações seguintes atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

I - o Código Eleitoral estabelece o *quantum* de agravação ou atenuação da pena, guardados os limites da pena cominada ao crime;

II - para o Código Eleitoral, a pena de multa consiste no pagamento ao Tesouro Nacional, de uma soma em dinheiro fixada em dias-multa, sendo seu montante, no mínimo, 1 (um) dia-multa e, no máximo, 300 (trezentos) dias-multa;

III - para apurar a prática de crimes eleitorais, não se admite a instauração de inquérito policial de ofício pela autoridade policial que somente poderá agir por determinação judicial;

IV - constitui crime eleitoral não apresentar o órgão do Ministério Público, no prazo legal, denúncia ou deixar de promover a execução de sentença condenatória;

V - quando considerar improcedentes as razões invocadas no requerimento de arquivamento da comunicação de crime eleitoral pelo Ministério Público, o juiz remeterá a comunicação ao Procurador Geral de Justiça para apreciar a matéria.

A) V V F V F

B) F V F F F

C) V V V F V

D) V F F V V

E) V V F F V

87. Quanto às mesas receptoras de votos, nos termos do Código Eleitoral, é incorreto afirmar:

A) a cada seção eleitoral corresponde uma mesa receptora de votos;

- B) constituem a mesa receptora um presidente, um primeiro e um segundo mesários, dois secretários e um suplente, nomeados pelo juiz eleitoral sessenta dias antes da eleição, em audiência pública, anunciada pelo menos com cinco dias de antecedência;
- C) não podem ser nomeados presidentes e mesários as autoridades e agentes policiais, bem como os funcionários no desempenho de cargos efetivos e de confiança do Executivo;
- D) não se reunindo, por qualquer motivo, a mesa receptora, poderão os eleitores pertencentes à respectiva seção votar na seção mais próxima, sob a jurisdição do mesmo juiz, recolhendo-se os seus votos à urna da seção em que deveriam votar, a qual será transportada para aquela em que tiverem de votar;
- E) se no dia designado para o pleito deixarem de se reunir todas as mesas de um Município, o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral determinará dia para se realizar a eleição, instaurando-se inquérito para a apuração das causas da irregularidade e punição dos responsáveis.

88. Julgue as afirmações seguintes, assinalando a alternativa correta:

- A) recurso eleitoral é ato de oposição, de contradição, de refutação, comum no âmbito do Direito Eleitoral e nas mais diversas fases do processo eleitoral, podendo ser interposto antes ou depois de ser tomada uma decisão, ou praticado um ato;
- B) no Direito Eleitoral Brasileiro, em qualquer situação, não se conferirá efeito suspensivo aos recursos eleitorais;
- C) de acordo com o Código Eleitoral Brasileiro, não será admitido recurso contra a apuração, se não tiver havido impugnação perante a Junta, no ato de apuração, contra as nulidades argüidas;
- D) sempre que a lei não fixar prazo especial, o recurso deverá ser interposto em 5 (cinco) dias da publicação do ato, resolução ou despacho;
- E) a diplomação dos eleitos e suplentes é ato da competência da Junta Eleitoral, no caso de eleições municipais, do Tribunal Regional Eleitoral, em se tratando de eleições gerais, e do Tribunal Superior Eleitoral, no caso de eleição para Presidente e Vice-Presidente da República, possuindo natureza jurídica de ato administrativo, haja vista a desnecessidade da presença do diplomando à respectiva sessão de diplomação.

89. Julgue as afirmações seguintes atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

- I – a votação e a totalização dos votos serão feitas, preferencialmente, por sistema eletrônico, cabendo ao Tribunal Regional Eleitoral a decisão pela adoção do voto por cédula no âmbito de sua jurisdição;
- II - a escolha de fiscais pelos partidos ou coligações poderá recair em quem já faça parte de Mesa Receptora, hipótese em que o Juiz Eleitoral lhe nomeará um substituto;
- III - o presidente de Junta Eleitoral que deixar de receber ou de mencionar em ata os protestos recebidos, ou ainda impedir o exercício de fiscalização pelos partidos ou coligações, deverá ser imediatamente afastado, além de responder pelos crimes previstos na lei eleitoral;
- IV - os partidos e coligações poderão fiscalizar todas as fases do processo de votação e apuração das eleições, inclusive o preenchimento dos boletins de urna e o processamento eletrônico da totalização dos resultados, sendo-lhes garantido o conhecimento antecipado dos programas de computador a serem usados;
- V - as impugnações de votos são provocações da jurisdição de primeiro grau, perante a Junta Eleitoral, formuladas somente pelos fiscais, candidatos e pelo Ministério Público, no instante em que o voto está sendo apurado.

A) V F V V F

- B) V V F F V
- C) F V F V V
- D) V F F F V
- E) F F V V F

90. À época das campanhas eleitorais, a divulgação das atividades dos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios sofre restrições de ordem legal tendentes a impedir que os agentes públicos, servidores ou não, transformem eventualmente a publicidade institucional das entidades públicas em propaganda eleitoral ilícita e disfarçada, em benefício próprio, quando postularem a reeleição, ou em favor de outras candidaturas nas quais tenham interesse político-partidário ou ideológico. Em face dessas restrições, pode-se dizer:

I - nos três meses que antecederem o pleito eleitoral, os agentes públicos das esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa na eleição estão proibidos de fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo;

II - nos três meses que antecederem o pleito eleitoral, o Presidente da República, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal e os Prefeitos dos Municípios, desde que não sejam candidatos à reeleição, podem fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, independentemente de autorização da Justiça Eleitoral;

III - nos três meses que antecederem o pleito eleitoral, com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, os presidentes ou diretores de entidades da administração indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estão proibidos de autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas das suas empresas;

IV - no ano de eleição, antes dos três meses que antecederem o pleito eleitoral, os agentes públicos, servidores ou não, estão proibidos de realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos nos três últimos anos que antecedem o pleito ou do último ano imediatamente anterior à eleição;

V - nos três meses que antecederem o pleito eleitoral, os agentes públicos, servidores ou não, estão proibidos de contratar shows artísticos pagos com recursos públicos para a inauguração de serviços ou obras públicas.

- A) I, II e III estão corretas
- B) II, III e V estão corretas
- C) I, III e IV estão corretas
- D) I, IV e V estão corretas
- E) II, IV e V estão corretas

91. O partido político adquire personalidade jurídica:

- A) mediante inscrição na junta eleitoral;
- B) mediante registro no Tribunal Superior Eleitoral;
- C) na forma da lei civil;
- D) mediante registro no Tribunal Regional Eleitoral do estado onde está sediado;
- E) após registro no Supremo Tribunal Federal.

92. Julgue as afirmações seguintes atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta, de acordo com a Constituição Federal e a Lei nº 9.504/97:

I – em regra, cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher;

II – é facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário;

III – é facultado ao partido ou coligação substituir candidato que for considerado inelegível, renunciar ou falecer após o termo final do prazo do registro ou tiver seu registro indeferido ou cancelado;

IV – após a escolha em convenção partidária, o militar candidato não precisará comprovar prazo de filiação a partido político para o pedido de registro de candidatura;

V – por solicitação do partido à Justiça Eleitoral, está sujeito ao cancelamento o registro do candidato que, até a data da eleição, for expulso da agremiação política, após a conclusão de processo no qual se observou as normas estatutárias e a ampla defesa.

- A) F F V F V
- B) F V V F F
- C) V V V V V
- D) F F F V F
- E) V V F F V

DIREITO TRIBUTÁRIO

93. Para definir o termo “princípio jurídico”, pode-se utilizar uma dessas quatro acepções apontadas pela doutrina: norma jurídica de posição privilegiada e portadora de valor expressivo; norma jurídica de posição privilegiada que estipula limites objetivos; valores insertos em regras jurídicas de posição privilegiada, mas considerados independentemente das estruturas normativas; e o limite objetivo estipulado em regra de forte hierarquia, tomado, porém, sem levar em conta a estrutura da norma. Em outras palavras, pode-se dizer, que “princípios jurídicos” são linhas diretivas que iluminam a compreensão de setores normativos, imprimindo-lhes caráter de unidade relativa e servindo de fator de agregação num dado feixe de normas. Julgue as assertivas sobre os princípios constitucionais tributários atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

I – o princípio da não-cumulatividade tributária somente é aplicado ao IPI, no que diz respeito aos tributos da competência da União, e ao ICMS, em se tratando dos tributos da competência dos Estados e do Distrito Federal;

II – o princípio da anterioridade deve ser aplicado a todas as espécies tributárias, só admitindo exceção em se tratando das contribuições sociais para a seguridade social, caso em que se tem a chamada anterioridade nonagesimal;

III – o princípio da estrita legalidade tributária implica que as pessoas políticas de direito constitucional interno somente podem instituir tributos ou aumentar os já existentes mediante a expedição de lei, sendo facultado, dentro dos limites e condições previstas em lei prévia, ao Poder Executivo alterar, por ato infralegal, as alíquotas dos impostos de importação, exportação, produtos industrializados e sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

IV – somente ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza é aplicável o princípio da capacidade contributiva já que apenas esse imposto possui caráter pessoal e graduação segundo a capacidade econômica do sujeito passivo da relação jurídica tributária;

V – o princípio da liberdade de tráfego veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tributos interestaduais ou intermunicipais que estabeleçam limitações ao tráfego de pessoas ou bens, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

- A) V V V F V
- B) V F F V F
- C) F V V F V
- D) F F V F V
- E) V V F V F

94. Pode-se definir imunidade tributária como sendo a classe finita e imediatamente determinável de normas jurídicas contidas no texto da Constituição Federal que estabelecem, de modo expreso, a incompetência das pessoas políticas de direito constitucional interno para expedir regras instituidoras de tributos que alcancem situações específicas e suficientemente caracterizadas. Julgue as afirmações seguintes sobre imunidades tributárias atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

I – é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, um dos outros, relacionados com a exploração de atividade econômica regida pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, em respeito à denominada imunidade recíproca;

II – o patrimônio, a renda e os serviços dos partidos políticos e de suas fundações são imunes à tributação por meio de impostos, desde que estejam relacionados com as finalidades essenciais destas entidades, atendidos os requisitos da lei;

III – os livros, jornais, periódicos e papel de imprensa são imunes à tributação pelo imposto de importação, pelo ICMS e pelo IPI, no caso de importação desses bens;

IV – são imunes ao ICMS as operações interestaduais relativas a petróleo e a energia elétrica, quando destinados à industrialização ou à comercialização;

V – o Imposto sobre a Transmissão *Inter Vivos* - ITIV - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, mesmo que, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente seja a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

- A) F V F V F
- B) F V V V F
- C) V F F V V
- D) F F F V V
- E) V F V F V

95. Sobre a sistemática da repartição das receitas tributárias, prevista na Constituição Federal Brasileira, é incorreto afirmar:

A) é proibida, em qualquer hipótese, a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, incluídos adicionais e acréscimos relativos a impostos, em respeito ao pacto federativo e à autonomia municipal;

- B) pertence aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;
- C) aos Estados e ao Distrito Federal cabem vinte por cento do produto da arrecadação dos impostos que a União vier a instituir, com base na sua competência residual;
- D) os Estados deverão entregar aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores licenciados em seus territórios;
- E) a União deverá repassar aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, incidente sobre os imóveis localizados em seus territórios.

96. Julgue as afirmações seguintes atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

I – de acordo com o sistema constitucional tributário positivo brasileiro, não é possível a exigência de tributo, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, mesmo se tratando de responsabilidade tributária de terceiros;

II – a Constituição Federal Brasileira estabelece que a capacidade tributária ativa, entendida como a aptidão para ser titular do direito subjetivo de exigir a prestação pecuniária, é indelegável, em respeito à isonomia dos entes políticos tributantes;

III – medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os de importação, exportação, produtos industrializados, operações de crédito, câmbio e seguros, ou relativas a títulos ou valores mobiliários e os extraordinários criados em razão de iminência ou no caso de guerra externa, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada;

IV – a única progressividade permitida pela Carta Magna, no caso do Imposto Predial e Territorial Urbano, é a progressividade no tempo, na hipótese de descumprimento da função social da propriedade;

V – a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir taxas somente pela utilização efetiva de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte.

A) V V F F V

B) F F V F F

C) F V V V F

D) V F F V F

E) F F F V F

97. Julgue as afirmações sobre a suspensão, a exclusão e a extinção do crédito tributário atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

I – de acordo com o Código Tributário Nacional, a compensação é forma de extinção do crédito tributário, sendo vedada mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial;

II – a anistia corresponde ao perdão de crédito tributário devidamente constituído, oriundo de uma relação jurídica não decorrente de ato ilícito;

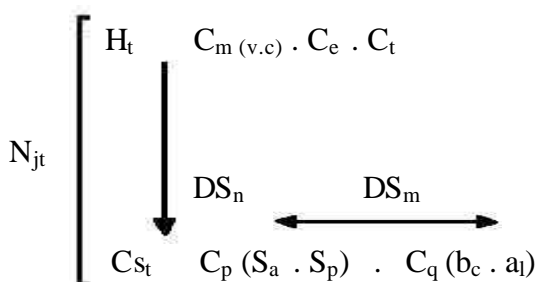
III – o parcelamento, a moratória e a concessão de medida liminar em mandado de segurança suspendem a exigibilidade do crédito tributário;

IV – a prescrição, a decadência e a dação em pagamento em bens imóveis excluem o crédito tributário, desde que atendidas as formalidades e condições estabelecidas em lei;

V – não mais existem, no sistema constitucional tributário positivo pátrio, as denominadas isenções heterônomas, em respeito ao princípio federativo e à autonomia municipal.

- A) V F V V V
 B) F F V F V
 C) V F V F F
 D) V V F V F
 E) F V F V V

98. Partindo da premissa que direito é norma, pode-se representar a norma jurídica tributária ou Regra-Matriz de Incidência de qualquer tributo, por meio do seguinte esquema:



onde,

N_{jt} = norma jurídica tributária – regra-matriz de incidência

H_t = hipótese tributária ou antecedente da norma

= equivalente

C_m = critério material da hipótese – núcleo da descrição fática

v = verbo – que deve ser sempre pessoal e de predicação incompleta

. = conectivo lógico conjuntor

c = complemento do verbo

C_e = critério espacial da hipótese – condicionante de lugar

C_t = critério temporal da hipótese – condicionante de tempo

C_{st} = consequência tributária ou consequente da norma

C_p = critério pessoal do consequente, onde estão os sujeitos da relação jurídica tributária

S_a = sujeito ativo

S_p = sujeito passivo

C_q = critério quantitativo da obrigação tributária – indicador da fórmula de determinação do objeto da prestação

b_c = base de cálculo – grandeza mensuradora de aspectos da materialidade do fato jurídico tributário

a_l = alíquota – fator que conjugado à base de cálculo determina o valor da dívida pecuniária

DS_n = dever-ser neutro – conectivo deôntico interproposicional, significando que, ocorrida a hipótese, deve-ser a consequência

DS_m = dever-ser modalizado (modais obrigado, permitido e proibido) – operador deôntico intraproposicional, significando a obrigação do sujeito passivo de cumprir a prestação, bem como o direito subjetivo de que é titular o sujeito ativo.

Com base nesta representação, julgue as afirmações relativas a diversos tributos existentes no sistema constitucional tributário brasileiro atribuindo-lhes V (verdadeiro) ou F (falso), assinalando a alternativa que contenha a seqüência correta:

I – será competente para instituir e arrecadar o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de quaisquer bens ou direitos a eles relativos, o município da situação do bem, em se

tratando de bens imóveis, não importando, neste caso, onde se processar o inventário ou arrolamento ou o domicílio do doador;

II – tratando-se de ICMS, o montante do IPI não será compreendido em sua base de cálculo, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure hipótese de incidência dos dois impostos;

III – o enfiteuta, em razão de não possuir o domínio direto sobre o imóvel objeto da enfiteuse, não pode ser considerado sujeito passivo do IPTU;

IV – com relação ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, em se tratando de construção civil, o município competente para exigir esta exação é o do local em que se executar a obra;

V – com base na legislação brasileira, ao compor-se a regra-matriz de incidência do ICMS utilizando-se o critério material de prestar serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por via terrestre, de pessoas, bens, mercadorias ou valores, tem-se como critério temporal, no caso de serviços prestados integralmente dentro do território nacional, o início da prestação dos referidos serviços.

- A) F V V V F
- B) V F F V F
- C) F F V F V
- D) V V F F F
- E) F V F V V

99. No que diz respeito à Dívida Ativa e ao processo executivo fiscal é incorreto afirmar:

A) de acordo com a Lei de Execução Fiscal, a competência para processar e julgar a execução da dívida ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro juízo, inclusive o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário;

B) em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão da Dívida Ativa, o executado poderá indicar à penhora bens oferecidos por terceiros, desde que aceitos pela Fazenda Pública e, em se tratando de bem imóvel, haja consentimento expresso do cônjuge do terceiro oferente;

C) título da dívida pública, bem como título de crédito, que tenham cotação em Bolsa, preferem, na ordem de penhora ou arresto de bens, a pedras e metais preciosos e a imóveis;

D) o executado para desconstituir a dívida ativa poderá oferecer embargos, no prazo de 10 (dez) dias, contados do depósito, da juntada da prova da fiança bancária ou da intimação da penhora;

E) o Termo de Inscrição e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico, sendo que a Certidão conterà os mesmos elementos do Termo e deverá ser autenticada pela autoridade competente.

100. Sobre o processo administrativo e judicial tributário é correto afirmar:

A) mesmo após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização por parte do Fisco, não fica afastada, em qualquer hipótese, a possibilidade de apresentação de denúncia espontânea por parte do contribuinte;

B) a medida cautelar fiscal tem por finalidade obter judicialmente a indisponibilidade de bens de devedores de créditos tributários ou não tributários;

C) o princípio da verdade formal é princípio norteador do processo administrativo tributário;

D) a consulta é procedimento judicial onde o contribuinte busca eliminar dúvidas relativas à aplicação da legislação tributária;

E) a ação declaratória fiscal é ação antiexacional intentada pelo contribuinte, cujo ajuizamento pressupõe necessariamente a existência do ato administrativo de lançamento.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA INGRESSO NA
CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

PROVA ESCRITA OBJETIVA

GABARITO

001. C	026. A	051. E	076. B
002. E	027. C	052. D	077. E
003. B	028. E	053. E	078. A
004. A	029. C	054. D	079. C
005. D	030. C	055. D	080. D
006. C	031. E	056. E	081. E
007. A	032. C	057. A	082. D
008. B	033. E	058. A	083. C
009. A	034. A	059. E	084. A
010. C	035. D	060. E	085. B
011. E	036. B	061. C	086. A
012. B	037. A	062. D	087. C
013. B	038. C	063. A	088. C
014. C	039. E	064. E	089. E
015. E	040. C	065. B	090. D
016. B	041. D	066. D	091. C
017. D	042. A	067. E	092. C
018. C	043. C	068. C	093. D
019. A	044. D	069. E	094. B
020. B	045. B	070. E	095. A
021. D	046. B	071. A	096. B
022. B	047. E	072. B	097. C
023. C	048. C	073. C	098. E
024. E	049. B	074. B	099. D
025. D	050. D	075. C	100. B